

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE GRAVATAÍ – IPAG – RS

CONCURSO PÚBLICO

MATUTINO – 11/03/2012

NÍVEL SUPERIOR

PROVA OBJETIVA – PROCURADOR JURÍDICO

Leia atentamente as INSTRUÇÕES:

1. Confira seus dados no cartão-resposta: nome, número de inscrição e o cargo para o qual se inscreveu.
2. Assine seu cartão-resposta.
3. Aguarde a autorização do Fiscal para abrir o caderno de provas. Ao receber a ordem do fiscal, confira o caderno de provas com muita atenção. Nenhuma reclamação sobre o total de questões ou falha de impressão será aceita depois de iniciada a prova.
4. Sua prova tem **40** questões, com **5** alternativas.
5. Preencha toda a área do cartão-resposta correspondente à alternativa de sua escolha, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), sem ultrapassar as bordas. As marcações duplas, ou rasuradas, ou marcadas diferentemente do modelo estabelecido no cartão-resposta poderão ser anuladas.
6. O cartão-resposta não será substituído, salvo se contiver erro de impressão.
7. Cabe apenas ao candidato a interpretação das questões, **o fiscal** não poderá fazer nenhuma interferência.
8. A prova será realizada com duração máxima de **3 (três) horas**, incluído o tempo para a realização da prova objetiva e o preenchimento do cartão-resposta.
9. O candidato poderá retirar-se do local de realização das provas somente **1 hora** após o seu início.
10. O candidato poderá retirar-se da sala levando consigo o caderno da prova objetiva somente **1 hora e 30 (trinta) minutos** após o seu início.
11. Ao terminar a prova, o candidato deverá entregar ao fiscal de sala o cartão-resposta preenchido e assinado.
12. Os **3 (três)** últimos candidatos que realizarem a prova deverão permanecer na sala para acompanhar o fechamento do envelope contendo os cartões-resposta dos candidatos presentes e ausentes e assinar a ata de sala atestando que o envelope foi devidamente lacrado.

BOA PROVA!

PROVA OBJETIVA – PROCURADOR JURÍDICO

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia atentamente o texto 1 que serve de base para as questões 01 a 03.

CRACK AVANÇA NA CLASSE MÉDIA E ENTRA NA AGENDA POLÍTICA

Devastador como nenhuma outra droga no Brasil, ele se espalha pelo país e demanda ações mais contundentes das autoridades

A tragédia do crack não é nova para o Brasil. Há anos, o país convive com o drama de violência e morte. Novo e oportuno, contudo, é o fato de a elite política do país, enfim, reconhecer a emergência do problema. No último dia 31, em seu primeiro discurso como presidente eleita, Dilma Rousseff disse que o governo não deveria descansar enquanto "reinar o crack e as cracolândias". Poderia ter falado genericamente "drogas", mas referiu-se especificamente ao "crack". Não foi à toa. Estima-se que no mínimo 600.000 pessoas sejam dependentes da droga no país - variante devastadora da cocaína que, como nenhuma outra, mata 30% de seus usuários no prazo máximo de cinco anos.

A praga do crack nasceu e grassou entre os miseráveis, a tal ponto que "cracolândia" virou sinônimo de "local onde pobres consomem sua droga". É mais do que tempo de rever esse conceito. Pesquisa da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo divulgada em 2009 constatou que o crack avança rapidamente entre os mais abastados: o crescimento entre pessoas com renda superior a vinte salários mínimos foi de 139,5%. Além dos números, os dramas pessoais confirmam que a química do crack corrói toda a sociedade. Nas clínicas particulares, que custam aos viciados que tentam se livrar da cruz alucinógena milhares de reais ao mês, multiplicam-se universitários, empresários, professores, militares. Todos estão reunidos pelo mesmo mal e almejam idêntico objetivo: tirar a pedra do meio do caminho de suas vidas.

(...) Embora tardias, duas pesquisas em andamento na esfera do governo federal explicitam a preocupação das autoridades com a questão. Uma, a cargo do Ministério da Saúde, vai traçar o perfil do usuário de crack. Outra, nas mãos da Secretaria Nacional Antidrogas (Senad), pretende determinar padrões de consumo, barreiras para o tratamento e histórico social e médico de 22.000 usuários - que farão testes de HIV, hepatites (B e C) e tuberculose. Paulina Duarte, secretária adjunta da Senad e responsável técnica pelo estudo, acredita que será a maior pesquisa já realizada no mundo sobre o crack. "Um estudo dessa magnitude vai produzir um banco de dados gigantesco", diz.

O levantamento pode ser um esforço hercúleo, mas não escapa das críticas dos especialistas. Ronaldo Laranjeira, psiquiatra da Associação Brasileira de Psiquiatria, diz que o governo deveria substituir pesquisas por ações. "Há doze anos, a comunidade científica aponta que o crack é uma droga diferente. Para que gastar dinheiro com um grande levantamento quando o que precisamos é de ação e de propostas?", questiona. O governo contra-ataca. Lembra que, em maio, lançou o Plano Integrado para Enfrentamento do Crack e outras drogas, com investimento estimado em 410 milhões de reais em pesquisa, prevenção, combate e tratamento. (...) "Comparado a outras drogas, o crack é sem dúvida a mais nefasta, porque produz rapidamente a dependência: sob a compulsão pela substância, o usuário desenvolve comportamentos de risco, que podem chegar à atividade criminosa e à prostituição", diz Solange Nappo, da Unifesp. Pablo Roig, psiquiatra e dono de uma clínica de tratamento de dependentes químicos, acrescenta que a dependência chega a tal ponto que "o usuário perde a capacidade de decidir se usará ou não a droga".

A mancha do crack se espalha entre usuários de drogas devido a uma combinação de acesso econômico e potência química. Jairo Werner, psiquiatra da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, chama a atenção para a relação "custo-efeito" da droga. "A relação entre preço e efeito faz do crack uma droga muito popular, de fácil acesso", diz. (...) Começam, então, as mudanças de comportamento. Além de graves consequências para a saúde, a droga provoca no dependente atitudes violentas. "Ele fica alterado, inquieto, irritado e, em geral, passa a se envolver com a criminalidade como nenhum outro usuário de drogas", diz Laranjeira, da Associação Brasileira de Psiquiatria. "A única prioridade é a droga: a saúde, a família, o trabalho e os amigos ficam de lado. É uma mudança total no esquema de vida e estrutura de valores", acrescenta Roig.

Estimativas americanas apontam que, a cada dólar gasto no combate às drogas, a sociedade economiza até sete dólares em despesas com hospitais, segurança pública e acidentes de carros, entre outros. No caso devastador do crack, fica evidente que a cruzada antidroga pode economizar ainda mais vidas.

Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/saude/crack-avanca-na-classe-media-e-entra-na-agenda-politica> (acessado em 06/02/2012)

01. Em relação às inferências a respeito do texto, marque V para Verdadeiro ou F para Falso e assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

() O governo pretende iniciar a maior pesquisa já realizada sobre o uso do crack com o intuito de instigar, embora tardiamente, uma ação enérgica por parte da elite política do país.

() O psiquiatra Ronaldo Laranjeira afirma que essas pesquisas podem constituir desperdício de recursos e tempo já que, há 12 anos, a comunidade científica alerta que o crack e as outras substâncias entorpecentes são análogas.

() Porque nas clínicas particulares há um crescente aumento de internações, conclui-se que o vício se alastra em todas as esferas da sociedade, destruindo-a progressivamente.

- a) V, V, V.
- b) V, V, F.
- c) F, F, V.
- d) F, V, V.
- e) F, V, F.

02. Em qual das alternativas abaixo mantém-se a coerência semântica em relação ao texto e o respeito às regras gramaticais na reescrita do trecho: “A tragédia do crack não é nova para o Brasil. Há anos, o país convive com o drama de violência e morte. Novo e oportuno, contudo, é o fato de a elite política do país, enfim, reconhecer a emergência do problema.” (I.1)?

- a) Há tempos o Brasil subestima o incômodo da violência e da morte como consequências da convivência com o crack, culminando na calamidade pública reconhecida pelo governo, enfim...
- b) A elite política do país, após anos imersa na dura realidade do crack, da violência e da morte, convence-se da seriedade do problema que a sociedade enfrenta.
- c) A elite política do país que, há tempos, é afligido pelo quadro de violência e morte causado pelo crack admite, finalmente, a seriedade do problema.
- d) A tragédia do crack assola a sociedade brasileira, com a violência e a morte há muito tempo. Somente agora entretanto, o governo, admite a gravidade da situação.
- e) A violência e a morte, impostas à sociedade brasileira em razão do crack, leva a elite política do país a tomar uma firme posição para combatê-la.

03. Em: “Não foi à toa”(I.5), ocorre o uso do acento grave. Assinale a alternativa em que o uso da crase está INCORRETO nas frases que foram adaptadas do texto.

- a) O crack avança rapidamente em direção às classes mais ricas.
- b) O dependente químico desenvolve comportamentos de risco e pode ficar à margem da sociedade.
- c) Às pedras, no meio do caminho de suas vidas, eles dirão: “Basta!”.
- d) Esta droga é a mais nefasta quando comparada às outras.
- e) A relação custo-efeito da droga leva o crack à pessoas de toda a sorte com facilidade.

Texto 02

Leia atentamente o fragmento de texto abaixo para responder as questões 04 a 06.

“(...).Essa mudança gigantesca está sendo movida por três fatores simultâneos: a melhor distribuição de renda regional, o crescimento da economia e a escolarização da população, que está causando uma espécie de revolução cultural. A questão regional é fácil de entender. Com o aumento de renda no Nordeste, secou a fonte de fornecimento de empregadas baratas. As meninas que antes vinham trabalhar em casas de família no Sudeste podem, agora, trabalhar com famílias de classe média de sua região ou arrumar outro tipo de emprego, sem migrar. O crescimento da economia, por sua vez, fez com que as moças que trabalham de empregada no Sudeste tenham alternativas de emprego e carreira. Podem escolher entre o trabalho doméstico e as atividades que pagam melhor ou oferecem mais horizontes. Por fim, a revolução cultural: tendo ido à escola, as jovens brasileiras simplesmente não querem mais trabalhar na casa dos outros, um fenômeno que já ocorreu em outros países. O trabalho doméstico carrega um estigma social e uma intrínseca falta de expectativas profissionais, problemas difíceis de compensar com mero aumento de salário. Quem pode escolher prefere não trabalhar na casa alheia, mesmo que seja para ganhar menos. (...)”

Disponível em <http://revistaepoca.globo.com/vida/noticia/2012/01/por-que-empregada-sumiu-trecho.html> (adaptado, acesso em 26/01/12)

04. Julgue as proposições abaixo:

I – Em “Com o aumento de renda no Nordeste, secou a fonte de fornecimento de empregadas baratas.”(I.3), se substituirmos a expressão sublinhada por “Consoante o”, permanecem inalterados o sentido do texto e a obediência às normas gramaticais.

II – Se trocarmos “ antes vinham”(I.4) pelo verbo “vir” conjugado no futuro do pretérito, em concordância com o sujeito da oração, preservamos a coerência textual.

III – Em “As meninas que antes vinham trabalhar em casas de família no Sudeste podem, agora, trabalhar com famílias de classe média de sua região ou arrumar outro tipo de emprego, sem migrar.”(I.4), a oração sublinhada é Subordinada Adjetiva Restritiva.

Está(ão) CORRETA(S) a(s) proposição(ões):

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II, apenas.

- d) II e III, apenas.
- e) III, apenas.

05. As palavras “estigma” e “intrínseca”(I.11) significam, no texto, respectivamente:

- a) Cicatriz; imutável.
- b) Preconceito; congênita.
- c) Carga; inegável.
- d) Mancha; irrevogável.
- e) Marca; inerente.

06. “Por fim, a revolução cultural: tendo ido à escola, as jovens brasileiras simplesmente não querem mais trabalhar na casa dos outros, (...)”(I.8). A oração sublinhada é Subordinada:

- a) Adverbial Causal Reduzida.
- b) Adjetiva Explicativa.
- c) Adverbial Final Reduzida.
- d) Substantiva Apositiva.
- e) Adverbial Temporal Reduzida.

07. Em qual das alternativas abaixo todas as palavras estão escritas corretamente?

- a) Égide, herege, metereologia, rubrica.
- b) Excelso, excesso, vicissitude, supersticioso.
- c) Disenteria, displicente, silvícola, névoa.
- d) Rijeza, reveses, baliza, marqueza.
- e) Gibi, abençoe, submissão, penincilina.

A tirinha a seguir servirá de base para as questões 08 e 09.



Disponível em <http://infinitosmomentos.wordpress.com/2008/02/26/a-importancia-do-dedo-indicador/> (acessado em 26/01/12)

08. A função sintática da palavra “indicador”, no primeiro quadrinho é:

- a) Núcleo do Objeto Direto.
- b) Objeto Indireto.
- c) Complemento Nominal.
- d) Predicativo do Sujeito.
- e) Adjunto Adnominal.

09. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) No terceiro quadrinho, a expressão “Aaaaah!...” é uma frase sem unidade sintática.
- b) O sentido atribuído pela personagem para “indicador” no primeiro quadrinho é transferido conotativamente para a mesma palavra, no último quadro.
- c) A construção “de que tanto se fala” está incorreta em relação à norma culta.

- d) O sujeito da frase do primeiro quadrinho é indeterminado.
- e) No segundo quadro, “e” é conjunção coordenada alternativa.

10. Sobre Memorando, de acordo com o Manual de Redação Oficial, é CORRETO afirmar:

- a) É a modalidade de comunicação entre unidades administrativas de órgãos diferentes.
- b) Sua principal característica é a agilidade. Por isso, a tramitação deve pautar-se pela rapidez e simplicidade de procedimentos burocráticos.
- c) Quanto à forma, segue o modelo do padrão ofício, sem nenhuma diferença.
- d) Tem como finalidade básica propor e/ou relembrar alguma medida ao destinatário, que deve estar sempre em nível hierárquico diferente.
- e) É toda comunicação oficial expedida por meio de telegrafia. Por ser dispendiosa, deve limitar-se apenas às situações em que não seja possível o uso de correio eletrônico ou fax e deve pautar-se pela concisão.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

11. Conforme a Lei Municipal nº 1.493/96, o aposentado por invalidez, enquanto não completar 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, será obrigado, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico, a cada:

- a) 6 (seis) meses.
- b) 1 (um) ano.
- c) 2 (dois) anos.
- d) 3 (três) anos.
- e) 4 (quatro) anos.

12. Mediante processo de seleção, e a critério da Administração, poderão ser concedidas bolsas de estudos a servidores efetivos do Serviço Público Municipal, representadas por auxílios pecuniários destinados a custear, total ou parcialmente, as despesas e encargos em cursos de aperfeiçoamento e especialização profissionais, junto a órgãos públicos ou entidades credenciados pela Administração, observados os seguintes itens, EXCETO:

- a) Os cursos deverão ter conteúdos programáticos idênticos aos cargos ou funções exercidos pelos servidores beneficiados.
- b) As bolsas de estudo somente poderão ser concedidas a servidores que têm pelo menos três anos de exercício efetivo no Serviço Público Municipal.
- c) As bolsas de estudos terão caráter eminentemente temporário e precário, não se incorporando ou sendo consideradas para quaisquer fins e efeitos na remuneração dos servidores, e poderão ser suprimidas, reduzidas ou canceladas a qualquer tempo ou título pela Administração, a seu exclusivo critério, sem ensejar qualquer direito ou indenização.
- d) Preferirão aos demais aqueles servidores que, comprovadamente, não possuem recursos próprios suficientes para o custeio integral desses cursos.
- e) O servidor deverá ter 100% (cem por cento) de presença nas aulas.

13. As funções gratificadas são aquelas que, para atender encargos de maior grau de responsabilidade ou maior grau de dificuldade ou dedicação, em razão da função ou das atribuições cometidas, e pela natureza da fidúcia inerente à função, têm caráter provisório quanto ao exercício e precário quanto ao desempenho, sendo de livre nomeação e exoneração. Com relação às funções gratificadas, julgue as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I – Somente serão providos ou designados os servidores efetivos do Quadro Permanente.

II – Poderão ser atribuídos aos servidores não efetivos até um quarto das funções gratificadas, instituídas em Lei.

III – Poderá dar-se o respectivo provimento ou designação com servidores públicos cedidos ao Município por órgãos ou entidades dos Poderes da União, Estados, Distrito Federal e dos Municípios, sem prejuízo de seus estípedios de origem.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Somente a assertiva III está correta.
- c) Somente as assertivas I e III estão corretas.
- d) Somente as assertivas I e II estão corretas.
- e) Somente as assertivas II e III estão corretas.

14. Com base na Lei nº 681, de 26 de dezembro de 1991, que institui o regime jurídico único dos servidores públicos do Município de Gravataí - RS e dá outras providências, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Entre duas jornadas diárias de trabalho deverá haver, sempre, um intervalo mínimo de doze horas para repouso e alimentação dos servidores, salvo as exceções legais.

- b) No curso de cada jornada diária de trabalho superior a seis horas, deverá haver um intervalo mínimo de uma hora e máximo de três horas, consoante o regulamento o estabelecer, igualmente para descanso e alimentação do servidor.
- c) O servidor tem direito a repouso semanal, em um dia de cada semana, preferencialmente aos sábados, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus.
- d) No curso de cada jornada diária de trabalho superior a seis horas, em cada turno de quatro horas, deverá haver um intervalo de quinze minutos para lanche do servidor, segundo dispor o regulamento.
- e) Os intervalos, com exceção dos destinados ao lanche, não serão considerados como tempo de serviço a disposição da Administração, ainda que durante os mesmos o servidor permaneça no local de trabalho.

15. Aduz a Lei nº 681, de 26 de dezembro de 1991, que institui o regime jurídico único dos servidores públicos do Município de Gravataí - RS e dá outras providências, que, ao servidor que realizar jornada laboriosa noturna, será devido um adicional noturno à razão de vinte por cento do valor da respectiva hora normal diurna. Para tanto, é considerada aquela realizada entre:

- a) As 20h (vinte horas) de um dia e as 5h (cinco horas) do dia seguinte.
- b) As 21h (vinte e uma horas) de um dia e as 5h (cinco horas) do dia seguinte.
- c) As 21h (vinte e uma horas) de um dia e as 6h (seis horas) do dia seguinte.
- d) As 22h (vinte e duas horas) de um dia e as 5h (cinco horas) do dia seguinte.
- e) As 22h (vinte e duas horas) de um dia e as 6h (seis horas) do dia seguinte.

16. Nos termos do Artigo 28, da lei Municipal nº 681/91, o servidor nomeado para o cargo de provimento efetivo, ao entrar em exercício, submeter-se-á a estágio probatório por período de dois anos de efetivo e ininterrupto exercício no cargo, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes requisitos, EXCETO:

- a) Idoneidade moral.
- b) Assiduidade.
- c) Indisciplina.
- d) Produtividade.
- e) Capacidade de iniciativa.

17. O Conselho Deliberativo é o órgão de deliberação máxima do IPAG e tem poderes para a formulação de suas políticas e diretrizes, fixação de prioridades e elaboração de âmbito de atuação da entidade, sendo detentor de mandato legal para decidir sobre todas as matérias relativas aos objetivos e fins do Instituto, inclusive para tomar resoluções que forem julgadas convenientes à defesa de seus interesses e de seu desenvolvimento, em conformidade com a lei. De acordo com a Lei nº 1.053, de 14 de agosto de 1996, que dispõe sobre o sistema de seguridade social aos servidores públicos do Município de Gravataí - RS, compete ao Conselho Deliberativo:

- a) Formular as políticas e diretrizes, fixar as prioridades e elaborar planos, programas e ações, nas áreas de seguridade social inerentes aos objetivos e fins do Instituto.
- b) Representar a entidade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, conjuntamente com um ou mais Diretores.
- c) Gerir e dirigir as atividades administrativas da entidade.
- d) Praticar todos os demais atos de fiscalização que forem julgados necessários e recomendáveis, para o fiel desempenho de suas atribuições e competências.
- e) Examinar todas as contas, escrituração, documentos, registros contábeis e demais papéis do Instituto, suas operações e demais atos praticados pela Diretoria Executiva.

18. Segundo a Lei nº 1.053, de 14 de agosto de 1996, que dispõe sobre o sistema de seguridade social aos servidores públicos do Município de Gravataí - RS, são beneficiários do IPAG na condição de dependentes do segurado:

I – O cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido.

II – Os pais.

III – O irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido.

Estão CORRETOS:

- a) Somente os itens I e II.
- b) Somente os itens I e III.
- c) Somente os itens II e III.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) Somente o item II.

19. Segundo o Regulamento do Sistema de Assistência à Saúde do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Gravataí - IPAG, será usado o critério de 50% do valor gasto

com tratamento às expensas do IPAG e 50% às expensas do segurado, obedecendo o limite de desconto previsto em lei, o:

- a) Tratamento oncológico com radiocobaltoterapia e/ou quimioterapia.
- b) Tratamento de rejuvenescimento ou de emagrecimento com finalidade estética.
- c) Fornecimento de óculos, lentes de contato, aparelhos de surdez e similares.
- d) Tratamento clínico de esterilidade, impotência sexual, inseminação artificial.
- e) Fornecimento de próteses, órteses e seus acessórios não ligados ao ato cirúrgico.

20. Conforme o Regulamento do Sistema de Saúde do IPAG, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O IPAG estabelecerá tabelas próprias para pagamento das despesas decorrentes dos atendimentos previstos em seu Sistema de Assistência à Saúde.
- b) Os materiais e medicamentos utilizados em atendimentos ambulatoriais e/ou hospitalares serão pagos de acordo com a tabela do instituto.
- c) Os credenciamentos ocorrerão atendendo aos critérios do IPAG, previamente aprovados pelo Conselho Deliberativo.
- d) Caberá aos credenciados atenderem os segurados do IPAG em consonância com este regulamento, ficando proibida a cobrança de qualquer diferença de honorários diretamente aos segurados.
- e) Poderá o credenciado, a qualquer tempo, solicitar a extensão do credenciamento para outros serviços e/ou especialidades, em concordância com este regulamento.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. O Artigo 37, caput, da Constituição Federal de 1988, elenca alguns princípios da Administração Pública em geral. Não estão elencados entre os princípios explícitos do Artigo 37, caput, os princípios:

- a) Da legalidade e da pessoalidade.
- b) Da moralidade e da eficiência.
- c) Da impessoalidade e da legalidade.
- d) Da razoabilidade e da supremacia do interesse público sobre o interesse privado.
- e) Da impessoalidade e da moralidade.

22. Sobre os serviços públicos é possível sua prestação de forma centralizada ou descentralizada. No entanto, pode ocorrer a prestação de serviço público de modo desconcentrado, que é entendido doutrinariamente como:

- a) Serviço público prestado diretamente pelo particular.
- b) Serviço público como resultado de atuação de autarquias federais somente.
- c) Serviço público prestado na estrutura de uma determinada entidade, em que existam órgãos dotados de competência específica para a prestação daquele serviço.
- d) Serviço prestado por pessoa diferente do ente federado a que a Constituição Federal de 1988 atribui a titularidade do serviço.
- e) Sinônimo de descentralização por serviços, que consiste na descentralização mediante outorga legal, já que uma lei específica cria uma entidade com personalidade jurídica própria e atribui a titularidade do serviço público.

23. O Direito Administrativo possui vários princípios norteadores. Em relação ao regime jurídico-administrativo aplicável a todos os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta trata-se da existência de poderes especiais conjugados com restrições impostas à atuação da Administração Pública não presentes no Direito Privado. Assim, ainda em relação ao regime jurídico-administrativo, pode-se identificar como seus princípios norteadores:

- a) Há dois princípios fundamentais para a compreensão do regime jurídico-administrativo: o princípio da supremacia do interesse público e o princípio da indisponibilidade do interesse público.
- b) O princípio da legalidade traduz na totalidade o regime jurídico-administrativo no Brasil, já que a Administração Pública somente está autorizada a atuar nos termos da lei em sentido estrito.
- c) Não há princípios que norteiam o regime jurídico-administrativo e fica a cargo do Poder Judiciário, diante do caso concreto, identificar qual princípio pode ser aplicado.
- d) Todos os princípios do direito privado se aplicam ao regime jurídico-administrativo, sem exceção, e prevalece, inclusive o predomínio do interesse privado sobre o interesse público.
- e) Por conta das características do regime jurídico-administrativo no Brasil, a Administração Pública pode atuar sem qualquer limitação de ordem principiológica ou legal e o interesse público almejado pelos entes públicos deve ser alcançado com os resultados econômicos de sua atuação.

24. Sobre os atos administrativos é comum o estudo de sua classificação doutrinária. Entre as inúmeras classificações, tem-se o ato administrativo composto que pode ser definido como:

- a) Aquele que necessita da manifestação de dois ou mais órgãos ou autoridades.
- b) Aquele que decorre de uma única manifestação de vontade, singular e unipessoal.
- c) Aquele que decorre da manifestação de um órgão colegiado composto de mais de um componente.

- d) É o ato administrativo que resulta da manifestação de um só órgão, porém, a produção de seus efeitos depende de outro órgão que aprove o ato administrativo.
- e) É sinônimo de ato complexo, já que ambos envolvem a participação de mais de um órgão ou autoridade administrativa.

25. Em relação ao tema da extinção dos atos administrativos, pode-se afirmar que:

- a) Anulação, revogação e cassação somente podem ocorrer mediante decisão do Poder Judiciário, com trânsito em julgado, sempre em grau recursal, por conta do reexame necessário.
- b) A anulação do ato administrativo é sempre um ato discricionário por parte da Administração Pública, ao contrário da revogação, que é ato vinculado.
- c) A revogação é a retirada do ato administrativo sem qualquer existência de vícios e somente incide sobre atos discricionários.
- d) A anulação do ato administrativo não opera retroativamente e, além disso, o ato anulado pela Administração Pública não pressupõe qualquer invalidade.
- e) A anulação do ato administrativo se dá somente por decisão administrativa e não cabe ao Poder Judiciário declarar inválido o ato passível de anulação.

26. Em regra, as licitações são obrigatórias para toda a Administração Pública. Porém, existem exceções previstas na Lei nº 9.666/1993 quanto a sua obrigatoriedade. Sobre o tema é CORRETO afirmar que:

- a) Entre os casos de inexigibilidade de licitação estão os que envolvam guerra ou grave perturbação da ordem e nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.
- b) A licitação é inexigível quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.
- c) É inexigível a licitação nos casos de contratação de instituição ou organização, pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural no âmbito do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, instituído por lei federal.
- d) É inexigível a licitação nas hipóteses de contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.
- e) É inexigível a licitação para os casos de aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.

27. São absolutamente incapazes, segundo o atual Código Civil:

- a) Os menores de dezesseis anos, índios, mulheres menores de vinte e um anos, os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos e os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- b) Os menores de dezesseis anos, os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos, os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido, os pródigos e os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- c) Os menores de dezesseis anos, os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos e os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- d) Os menores de dezesseis anos, os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos e os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- e) Os menores de dezesseis anos, os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos e os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade e os índios.

28. Sobre o tratamento ao direito de propriedade pelo atual Código Civil, é CORRETO afirmar:

- a) O proprietário pode ser privado da coisa, nos casos de desapropriação, por necessidade ou utilidade pública, porém, não ocorrerá desapropriação por interesse social por falta de previsão legal.
- b) O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, porém, não tem o direito de reavê-la do poder de quem injustamente a possui ou detenha.
- c) A propriedade do solo abrange a do espaço aéreo e subsolo correspondentes, em altura e profundidade úteis ao seu exercício, não podendo o proprietário opor-se a atividades que sejam realizadas, por terceiros, a uma altura ou profundidade tais, que não tenha ele interesse legítimo em impedi-las.
- d) O direito de propriedade do particular deve ser exercido de modo absoluto e independentemente de suas finalidades econômicas e sociais. Além disso, cabe ao Poder Público, exclusivamente, o dever de observar, em conformidade com o estabelecido em lei especial, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico.
- e) A propriedade do solo abrange as jazidas, minas e demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica, os monumentos arqueológicos e outros bens referidos por leis especiais.

29. Sobre a prescrição no atual Código Civil, é CORRETO afirmar:

- a) Interrompe a prescrição o despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual; o protesto cambial; a apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores; qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor e por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.
- b) A renúncia da prescrição pode ser apenas expressa, nunca tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar.
- c) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- d) A prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor.
- e) A interrupção da prescrição por um credor sempre aproveita aos outros.

30. O Artigo 4º da Lei de Introdução ao Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942, com as alterações da Lei 12.376/2010) assim dispõe: “Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito”. Comentando esse dispositivo legal, a doutrina majoritária entende que o conceito de analogia refere-se:

- a) A preceitos de ordem ética, moral política e sociológica vigentes na sociedade e de que faz uso o magistrado diante do caso concreto.
- b) Ao conflito entre duas normas de direito objetivo, entre dois princípios, ou ainda, entre um princípio e uma norma.
- c) Embora previsto no Artigo 4º da Lei de Introdução ao Direito Brasileiro, o STF afastou a aplicação da analogia nos casos cíveis, diante da complexidade do instituto. A analogia é aplicada somente na esfera penal.
- d) Consiste na criação de uma norma jurídica pelo juiz e pode contrariar o direito posto sem qualquer reserva ou limitação por conta da busca do valor Justiça pelo Poder Judiciário.
- e) Consiste na aplicação a um caso não previsto de modo direto ou específico por uma norma jurídica, uma norma prevista para outra hipótese distinta, porém, com alguma semelhança que permita a operação pelo juiz como técnica para integrar lacuna no ordenamento jurídico.

31. Em relação ao instituto da novação no Código Civil, a alternativa INCORRETA:

- a) A novação extingue os acessórios e garantias da dívida, sempre que não houver estipulação em contrário. Não aproveitará, contudo, ao credor ressaltar o penhor, a hipoteca ou a anticrese, se os bens dados em garantia pertencerem a terceiro que não foi parte na novação.
- b) Operada a novação entre o credor e um dos devedores solidários, somente sobre os bens do que contrair a nova obrigação subsistem as preferências e garantias do crédito novado. Os outros devedores solidários ficam por esse fato exonerados.
- c) Salvo as obrigações simplesmente anuláveis, não podem ser objeto de novação obrigações nulas ou extintas.
- d) A novação por substituição do devedor pode ser efetuada independentemente de consentimento deste.
- e) Não importa exoneração do fiador a novação feita sem seu consenso com o devedor principal.

32. Analise as proposições a seguir:

I – O casamento religioso, que atender às exigências da lei para a validade do casamento civil, equiparase a este, desde que promovido o seu registro corretamente, produzindo efeitos a partir da data de sua celebração.

II – O casamento não pode celebrar-se mediante procuração, ainda que por instrumento público, com poderes especiais.

III – O menor que não atingiu a idade núbil poderá, depois de completá-la, confirmar seu casamento, com a autorização de seus representantes legais, se necessária, ou com suprimento judicial

IV – Não pode ser anulado o casamento em virtude de coação, quando o consentimento de um ou de ambos os cônjuges houver sido captado mediante fundado temor de mal considerável e iminente para a vida, a saúde e a honra, sua ou de seus familiares.

V – A direção da sociedade conjugal será exercida, em colaboração, pelo marido e pela mulher, sempre no interesse do casal e dos filhos.

Estão CORRETAS:

- a) I, II e III, somente.
- b) I, III e V, somente.
- c) Todas as proposições.
- d) III, IV e V, somente.
- e) I, III e IV, somente.

33. Sobre a denunciação da lide prevista no Código de Processo civil como forma de intervenção de terceiros assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A denunciação da lide é obrigatória ao alienante, na ação em que terceiro reivindica a coisa, cujo domínio foi transferido à parte, a fim de que esta possa exercer o direito que da evicção lhe resulta.
- b) É cabível o instituto da denunciação da lide como intervenção de terceiro em relação ao proprietário ou ao possuidor indireto quando, por força de obrigação ou direito, em casos como o do usufrutuário, do credor pignoratício, do locatário, o réu, citado em nome próprio, exerça a posse direta da coisa demandada.
- c) Cabe a denunciação da lide àquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda.
- d) Caberá denunciação da lide àquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio até o trânsito em julgado da ação.
- e) A sentença, que julgar procedente a ação, declarará, conforme o caso, o direito do evicto, ou a responsabilidade por perdas e danos, valendo como título executivo.

34. Analise as afirmações abaixo em relação ao Código de Processo Civil:

I – A citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa; e, ainda quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.

II – Somente nos processos que envolvam matéria de ordem pública a citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa; e, ainda quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.

III – Não haverá citação por correio nas ações que envolvam de estado; quando for ré pessoa incapaz; quando for ré pessoa de direito público; nos processos de execução; quando o réu residir em local não atendido pela entrega domiciliar de correspondência e quando o autor a requerer de outra forma.

IV – A citação efetuar-se-á em qualquer lugar em que se encontre o réu.

V – O militar, em serviço ativo, nunca será citado na unidade em que estiver servindo, ainda que não seja conhecida a sua residência ou nela não for encontrado.

Estão CORRETAS:

- a) I, III e IV, somente.
- b) I e II somente.
- c) II, IV e V, somente.
- d) I, III e V, somente.
- e) Todas as afirmações.

35. Segundo o Código de Processo Civil, haverá decisão com resolução de mérito quando:

- a) Juiz acolher ou rejeitar o pedido do autor; quando o réu reconhecer a procedência do pedido; quando as partes transigirem; quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição e quando o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação.
- b) Juiz acolher ou rejeitar o pedido do autor; quando o réu reconhecer a procedência do pedido; quando as partes transigirem; quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição e quando o autor desistir da ação.
- c) Juiz acolher ou rejeitar o pedido do autor; quando o réu reconhecer a procedência do pedido; quando as partes transigirem; quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição e quando se verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.
- d) Juiz acolher ou rejeitar o pedido do autor; quando o réu reconhecer a procedência do pedido; quando as partes transigirem; quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição; quando o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação e quando o juiz acolher a alegação de preempção, litispendência ou de coisa julgada.
- e) Juiz acolher ou rejeitar o pedido do autor; quando o réu reconhecer a procedência do pedido; quando as partes transigirem; quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição; quando o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação e quando não concorrer qualquer das condições da ação, como a possibilidade jurídica, a legitimidade das partes e o interesse processual.

36. São deveres das partes e de todos aqueles que de qualquer forma participam do processo, segundo o Código de Processo Civil:

- a) Empregar expressões injuriosas nos escritos apresentados no processo, não podendo o juiz, de ofício ou a requerimento do ofendido, mandar riscá-las.

- b) Expor os fatos em juízo conforme a verdade; proceder com lealdade e boa-fé; não formular pretensões, nem alegar defesa, cientes de que são destituídas de fundamento; produzir qualquer tipo de prova, ainda que ilícita, em busca da verdade real e não criar embaraços à efetivação de provimentos judiciais, de natureza antecipatória ou final.
- c) Expor os fatos em juízo conforme a verdade; não formular pretensões, nem alegar defesa, cientes de que são destituídas de fundamento; não produzir provas, nem praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou defesa do direito e cumprir com exatidão os provimentos mandamentais e criar embaraços à efetivação de provimentos judiciais, já que é direito constitucional da parte recorrer sempre, ainda que atente contra o exercício da jurisdição.
- d) Expor os fatos em juízo conforme a verdade; proceder com lealdade e boa-fé; não formular pretensões, nem alegar defesa, cientes de que são destituídas de fundamento; não produzir provas, nem praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou defesa do direito e cumprir com exatidão os provimentos mandamentais e não criar embaraços à efetivação de provimentos judiciais, de natureza antecipatória ou final.
- e) Todas as alternativas estão corretas, pois o Código de Processo nada dispõe sobre os deveres das partes, cabendo ao juiz avaliar no caso concreto eventual violação da boa-fé processual.

37. Em relação ao tema da representação processual das partes e sobre a atuação dos seus procuradores é CORRETO que:

- a) Sem instrumento de mandato, o advogado não será admitido a procurar em juízo. Poderá, todavia, em nome da parte, intentar ação, a fim de evitar decadência ou prescrição, bem como intervir, no processo, para praticar atos reputados urgentes. Nestes casos, o advogado se obrigará, independentemente de caução, a exibir o instrumento de mandato no prazo de 15 (quinze) dias, prorrogável até outros 15 (quinze), por despacho do juiz.
- b) Sendo comum às partes o prazo, só em conjunto ou mediante prévio ajuste por petição nos autos, poderão os seus procuradores retirar os autos. Não poderão as partes e seus procuradores obter cópias, ainda que mediante carga dos autos pelo prazo de 1 (uma) hora independentemente de ajuste.
- c) Poderá o advogado da parte requerer, como procurador, vista dos autos de qualquer processo pelo prazo de 1 (um) dia.
- d) A parte será representada em juízo por advogado legalmente habilitado. Não é lícito, no entanto, postular em causa própria, quando tiver habilitação legal.
- e) Salvo as disposições concernentes à justiça gratuita, cabe às partes prover as despesas dos atos que realizam ou requerem no processo, devendo arcar com os valores correspondentes somente ao final da ação em todos os casos.

38. Sobre as regras de competência interna prevista no Código de Processo Civil, é CORRETO afirmar:

- a) Que a ação em que o incapaz for réu se processará no foro do domicílio do autor, uma vez que a incapacidade impossibilita a determinação da competência.
- b) Que é competente o foro da residência da mulher, para a ação de separação dos cônjuges e a conversão desta em divórcio, e para a anulação de casamento.
- c) É competente o foro do domicílio ou da residência do genitor, para a ação em que se pedem alimentos.
- d) Que é competente o foro do domicílio do credor ou avalista, para a ação de anulação de títulos extraviados ou destruídos.
- e) Que nas ações fundadas em direito real sobre móveis é competente o foro da situação da coisa. Pode o autor, entretanto, optar pelo foro do domicílio ou de eleição, não recaindo o litígio sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, posse, divisão e demarcação de terras e nunciação de obra nova.

39. De acordo com o Código de Processo Civil, considera-se suspeito de parcialidade no processo o juiz:

- a) Que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como órgão do Ministério Público, ou prestou depoimento como testemunha.
- b) Que estiver interessado no julgamento da causa em favor de uma das partes.
- c) Quando nele estiver postulando, como advogado da parte, o seu cônjuge ou qualquer parente seu, consanguíneo ou afim, em linha reta; ou na linha colateral até o segundo grau.
- d) Quando for órgão de direção ou de administração de pessoa jurídica, parte na causa.
- e) Que conheceu em primeiro grau de jurisdição, tendo-lhe proferido sentença ou decisão.

40. Analise as afirmações a seguir:

I – Na ação cautelar de busca e apreensão o juiz pode decretar a busca e apreensão de pessoas ou de coisas. O mandado judicial será cumprido por dois oficiais de justiça, um dos quais o lerá ao morador, intimando-o a abrir as portas.

II – Quando a ação cautelar de busca e apreensão envolver direito autoral ou direito conexo do artista, intérprete ou executante, produtores de fonogramas e organismos de radiodifusão, o juiz designará, para acompanharem os oficiais de justiça, dois peritos aos quais incumbirá confirmar a ocorrência da violação antes de ser efetivada a apreensão.

III – Tratando-se de ação cautelar de busca e apreensão de direito autoral ou direito conexo do artista, intérprete ou executante, produtores de fonogramas e organismos de radiodifusão, o juiz designará, para acompanharem os oficiais de justiça, um perito e a parte autora para confirmar a ocorrência da violação antes de ser efetivada a apreensão.

Está(ão) CORRETA(S):

- a) Todas.
- b) I e II, somente.
- c) I somente.
- d) II somente.
- e) II e III, somente.

RASCUNHO